

# A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas (1) (\*)

*Gaye Tuchman*

Os jornalistas cujo procedimento temos vindo a estudar acreditam que podem mitigar pressões contínuas como sejam os prazos, os possíveis processos de difamação e as repressões antecipadas dos superiores, com a argumentação de que o seu trabalho é «objectivo». Este artigo analisa três factores que ajudam um jornalista a definir um «facto objectivo»: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais. Demonstra que ao analisar o conteúdo e as relações interorganizacionais, o jornalista só pode invocar o seu *news judgement*; todavia, ele pode reivindicar a objectividade citando procedimentos que seguiu e que exemplificam os atributos formais de uma notícia ou de um jornal. Por exemplo, o jornalista pode afirmar que citou outras pessoas em vez de dar as suas próprias opiniões. O artigo sugere que a «objectividade» pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos da sua profissão. Ele levanta a questão de outras profissões não poderem também usar o termo «objectividade» da mesma maneira.

---

(1) Uma versão mais pequena deste ensaio foi apresentada, em 1971, nos encontros da American Sociological Association. Beneficiei dos comentários de Charles Perrow, Kenneth A. Feldman, Rose L. Coser e Florence Levinsohn ajudou-me a editá-lo.

(\*) Reedição de: *American Journal of Sociology* (Vol. 77, N.º 2, 1972). «Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity», de Gaye Tuchman. Direitos de autor: The University of Chicago. Reedição com a aprovação do editor.

Para um sociólogo, o termo «objectividade» está cheio de significado. Invoca filosofia, noções de ciência e ideias de profissionalismo. Evoca os fantasmas de Durkheim e Weber, recordando controvérsias em jornais especializados acerca da natureza de um «facto social» e do termo «livre de valores».

A frequente insistência dos cientistas sociais na objectividade *não é* específica da sua profissão. Os médicos e os advogados declaram que a objectividade é a atitude adequada para com os clientes. Para os jornalistas, como para os cientistas sociais (?), o termo «objectividade» funciona como um baluarte entre eles e os críticos. Atacados devido a uma controversa apresentação de «factos», os jornalistas invocam a sua objectividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos.

Os jornalistas têm de ser capazes de invocar algum conceito de objectividade a fim de trabalhar os factos relativos à realidade social. Este artigo analisará três factores que influenciam a noção de objectividade dos jornalistas: a forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo. Por forma, entendo aqueles atributos das notícias e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos, como o uso das aspas. Por conteúdo, entendo aquelas noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas. O conteúdo é também relacionado com as relações interorganizacionais do jornalista, pois as suas experiências com essas organizações levam-no a tomar por certas algumas coisas acerca delas. Finalmente, sou de opinião de que o manuseamento da «estória», isto é, o uso de certos procedimentos perceptíveis ao consumidor de notícia, protege o jornalista dos riscos da sua actividade, incluindo os críticos.

Everett Hughes (1964) sugere que os procedimentos que servem este propósito podem ser encarados como «rituais». Um ritual é analisado aqui como um procedimento de rotina que tem relativamente pouca relevância ou uma relevância tangencial para o fim procurado. A adesão ao procedimento é frequentemente obrigatória. O facto de um tal procedimento poder ser o meio mais conhecido de se chegar ao fim que se procura não deprecia a sua caracterização como ritual. Por exemplo, a prática oitocentista de sangrar os pacientes para os livrar da febre pode ser entendida como um ritual (?). Os jornalistas invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos «limites cognitivos da racionalidade». Esses mesmos procedimentos rituais também são «estratégias» performativas (March e Simon, 1967, pp. 137, 141). O termo «estratégia» denota a tática ofensiva destinada a prevenir o ataque ou a deflectir, do ponto de vista defensivo, as críticas (?). A

---

(?) Jacobs (1970) põe em questão comparações entre os jornalistas e os sociólogos, chamando a atenção para o facto de os sociólogos reunirem mais dados para um fim diferente. Refere que a primeira regra do seu editor era «obter os factos» e a segunda «não deixar os factos interferir com 'a estória'. Os jornais contemporâneos, incluindo aqueles para os quais Jacobs trabalhou, puseram de lado esta segunda máxima. A quantidade e o fim da informação reunida não depreciam a minha argumentação.

(?) Os procedimentos que os médicos do século XX encarecem não os furta à caracterização de rituais (Everett Hughes, comunicação pessoal, 1971). A relutância de muitos de encarem os procedimentos médicos como rituais é provavelmente um reflexo do grande prestígio profissional dos médicos.

(?) Weinstein (1966) fala da «tática de aumento da credibilidade» e sugere (comunicação pessoal, 1971) que as táticas conotadas com a «objectividade», tais como fazer citações de outras pessoas ou apresentar hipóteses alternativas, citando provas negativas ou opiniões contraditórias, podem ser utilizadas no aumento da credibilidade na comunicação interpessoal.

participante num jornal diário metropolitano com uma circulação de milhares (?). O décimo é retirado de um livro sobre práticas noticiosas. Os outros, os jornalistas criticam o trabalho de colegas; num, um jornalista de outro jornal. O ênfase posto na crítica é, em parte, um resultado dos métodos do observador participante, tentei colocar o menor número possível de comentários quando observava os editores principais que passavam a tarde soterrados nas matérias. Quando elogiavam um artigo em detrimento de outros, davam as suas razões. Quando não gostavam, davam inúmeras razões. Essas razões eram cuidadosamente registadas, e estes registos são necessários para interpretar os fatos do que as imputações relativas ao que está «correcto» numa «boa» notícia e as notícias que sofreram críticas; as enfadonhas exposições das falhas de uma notícia que prontamente categorizadas, eram poucas e raras. Todavia, as categorias negativas que elas geravam forneciam critérios para a avaliação de notícias «boas». A discussão da «apresentação das possibilidades contraditórias» é construída a partir das categorias negativas assim como das afirmações «positivas» dos informantes.

## I

Ao contrário dos cientistas sociais, os jornalistas têm um repertório limitado de métodos e defendem a sua objectividade. Nas palavras de Radi (1957, 1960), o cientista

escrito passará através de uma cadeia organizacional composta por uma hierarquia de editores e respectivos assistentes. Como os jornalistas esclarecem prontamente, o processamento de uma notícia envolve «conjecturas». O repórter «faz conjecturas» sobre as preferências do editor da secção local e os seus assistentes, que fazem o mesmo género de conjecturas em relação aos editores da secção política, e estes em relação aos editores principais, que, por sua vez, fazem conjecturas sobre as preferências do director, e todos eles «conjecturam» a vontade do proprietário. Todos criticarão a notícia após a sua publicação.

No jornal assim examinado, o adjunto do *managing editor* estava encarregado de fazer a selecção final do material. Se não gostava de um artigo, podia criticar o editor da secção local por tê-lo deixado passar. O editor da secção local faria o mesmo tipo de comentário ao editor da secção «cidade», e a «repreensão» desceria pela cadeia hierárquica. Noutras ocasiões, o *top editor* poderia muito simplesmente «corrigir a lápis azul» ou alterar a «má notícia», queixando-se do facto de os subordinados terem feito um mau trabalho e terem originado trabalho suplementar aos seus superiores. Neste caso, os subordinados perceberiam que o seu trabalho fora inadequado quando lessem o jornal e vissem que o artigo impresso diferia do artigo escrito. As repreensões e as «correções a lápis azul» fazem parte de um sistema de controlo social (Breed 1955) que afectam potencialmente as promoções, a manutenção do cargo e a nomeação para trabalhos importantes.

Dois factores salientam-se neste processo de exame hierárquico e potencial crítica. O jornal é uma compilação de muitas «estórias». Se um excessivo número de «estórias» tiverem de ser reescritas, o jornal não conseguirá cumprir os seus prazos e os lucros sofrerão com isso. Os camiões que transportam o jornal para as regiões limítrofes partirão atrasados; os seus condutores poderão ter de receber horas extraordinárias. Se uma edição se atrasa, o horário das edições seguintes será afectado; os tipógrafos podem exigir o pagamento de horas extraordinárias. Além disso, se as últimas edições da manhã não chegarem a tempo às bancas, os leitores podem comprar o jornal rival à venda, diminuindo assim os lucros da companhia. Os jornalistas receiam que as vendas futuras possam então estar em risco. Ao ler o jornal rival, o leitor pode achar que este é «superior» e mudar os seus hábitos de compra.

Cada notícia é uma compilação de «factos» avaliados e estruturados pelos jornalistas. Estes são responsáveis pela exactidão de qualquer um destes «factos». Os «factos» são lidos tanto pelo leitor comum como pelo leitor «interessado» (a pessoa que o artigo cita, descreve e/ou noticia). Se o leitor interessado sentir que pode provar que houve prejuízo para o seu negócio, reputação, etc., ele pode instaurar um processo por difamação. Embora os processos por difamação sejam relativamente raros, quando ocorrem trazem problemas financeiros às organizações jornalísticas. Ao pôr em perigo a reputação de um jornal, um processo de difamação também pode afectar a propensão do leitor comum para a compra do jornal. Um processo de difamação põe também em risco a rotina da redacção, ao exigir que alguns membros da mesma compareçam em tribunal (?).

---

(?) Os jornalistas também se queixam das intimações para comparecerem em tribunal quando os julgamentos envolvem acontecimentos que eles testemunharam ou relataram. Não só se recusam a revelar as suas fontes de informação como as suas aparições em tribunal os afastam da sua rotina diária.



um que o jornalista deve questionar os factos indo à fonte, mas alguns alegados factos devem pura e simplesmente ser aceites como «verdadeiros». O facto de encararem tudo como questionável leva a disparates como o seguinte: «Robert Jones e a sua alegada esposa, Fay Smith Jones, deram ontem um cocktail que eles descreveram como um *cocktail* na sua suposta casa no 187 da Grant Street, City, pretensamente em honra de uma senhora que se diz chamar senhora John Smith, geralmente tida como tia do confitrião».

O jornalista navega entre a difamação e o disparate ao identificar «objectividade» com «factos» que ele ou outros jornalistas observaram ou que podem ser verificados. A verificação implica a utilização, ou a possibilidade de utilização, de procedimentos apropriados, como telefonar para a conservatória do registo civil para confirmar se Robert Jones era casado com Fay Smith. Se a verificação é necessária mas não pode ser obtida, o jornalista pode seguir outras estratégias.

---

(<sup>4</sup>) Na minha primeira entrevista a um jornalista (neste caso, o vice-presidente de informação na estação de rádio de Toronto), descobri que um texto acerca da legalidade dos processos de difamação

Além da verificação dos «factos», os quatro procedimentos estratégicos seguintes, exemplificativos dos atributos formais de uma notícia, fazem com que o jornalista consiga a objectividade.

1. *A apresentação de possibilidades conflituais.* – Os jornalistas têm de ser capazes de identificar os «factos», muito embora algumas pretensões de verdade não sejam facilmente verificáveis. Por exemplo, um senador dos EUA pode afirmar que a América está a ser ultrapassada pela União Soviética no desenvolvimento de um tipo de míssil específico. O repórter não consegue, certamente, confirmar essa afirmação ainda antes de o jornal ir para a rotativa, e até pode acontecer que ele nunca consiga descobrir informação adequada para avaliar até que ponto é que a afirmação é um «facto». O repórter só pode determinar que o senador afirmou «A». Os jornalistas vêem a afirmação «X disse A» como um «facto», mesmo que «A» seja falsa.

Isto cria problemas tanto ao repórter como à empresa jornalística. Primeiro, o leitor quer supostamente saber se a afirmação «A» é um «facto», e uma função da notícia é dizer ao leitor o que ele quer e deseja saber. Segundo, uma vez que não se pode confirmar a veracidade da afirmação do senador, o leitor pode acusar tanto o repórter como a empresa jornalística de parcialidade (ou de «favorecer» o senador) caso não seja apresentada uma opinião contrária. Por exemplo, se o senador pertence ao Partido Democrata e o presidente ao Republicano, o leitor pode acusar o jornal de favorecer os democratas, porque o único «facto» relatado fora o de que o senador democrata dissera «A». O jornalista sentiria que fora posta em causa a sua capacidade de ser «objectivo» face a uma crítica previsível.

Mesmo que o repórter não consiga por si só confirmar a veracidade da acusação do senador, ele pode contactar alguém que o possa fazer. Por exemplo, ele pode perguntar ao ministro republicano da Defesa se a acusação do senador é verdadeira. Se o ministro da Defesa afirmar que é «falsa», o repórter não consegue provar que o ponto de vista do ministro é «factual». Ele pode, todavia, escrever que o ministro da Defesa afirmou «B». Ao apresentar tanto a versão «A», atribuída ao senador, como a «B», atribuída ao ministro da Defesa, o jornalista pode, então, reivindicar que está a ser «objectivo», pois apresenta «os dois lados da questão» sem favorecer qualquer indivíduo ou partido político<sup>(\*)</sup>. Além disso, ao apresentar ambas as versões, o repórter «objectivo» permite supostamente ao leitor decidir se é o senador ou o ministro quem «está a dizer a verdade».

---

(\*) Ao falar de práticas televisivas, Benet (1970, p. 113), um defensor do jornalismo na primeira pessoa ou interpretativo, refere que, se uma declaração é filmada, a refutação também deve ser filmada, e não veiculada pelo repórter. A televisão e os jornalistas de imprensa reconhecem um problema através da apresentação de possibilidades conflituais. Uma vez que a notícia se interessa pelo conflito (Rovere, 1960), uma acusação é mais noticiável do que um desmentido. Assim, a acusação colocada no início da notícia (porque é mais noticiável, importante, etc.) pode receber mais atenção do leitor do que o desmentido colocado para o fim da notícia. Rovere (1960) relata a perícia de Joseph McCarthy na utilização desta regra para maximizar a sua cobertura como notícia.

que o leitor tirasse as suas próprias conclusões». O procedimento pode tomar-se cada vez mais complexo. Por exemplo, ao afirmar a pretensão de verdade «B», o ministro da Defesa pode acusar o senador de andar a brincar com a política de defesa nacional. O presidente da Comissão de Armamento do Congresso, um membro do Partido Democrata, pode então contradizer a acusação do ministro, afirmando que a administração republicana está a pôr em perigo a segurança nacional através de informações pouco consistentes e tratamento descuidado do orçamento militar para o desenvolvimento de armamento. No dia seguinte, o presidente nacional de um grupo pacifista pode convocar uma conferência de imprensa para acusar todos os partidos da controvérsia em torno do militarismo, dando prioridade à produção de armas em detrimento da exploração de uma determinada solução diplomática que tenha em vista a paz e a segurança mundiais. Um porta-voz presidencial pode vir então a acusar o dirigente do grupo pacifista de ser um simpatizante comunista tentando minar o processo político americano.

Nesta altura, existem cinco pessoas (o senador, o ministro, o presidente da Comissão de Armamento, o dirigente do grupo pacifista, o porta-voz presidencial) com pretensões de verdade impossíveis de verificar, representando cada uma delas uma possível realidade. Ao analisar a controvérsia em torno do problema da marijuana, Goode (1970, pp. 50-68) refere-se a um conjunto de opiniões querendo ser tomadas como factos, como sendo a «política da realidade», embora esta noção seja relevante do ponto de vista sociológico, é inútil para os jornalistas perante o dilema da identificação e verificação dos «factos». Todavia, ao emparelhar as pretensões de verdade ou ao publicá-las à medida que vão surgindo durante uma série de dias, os jornalistas reclamam a «objectividade». Como dizem os jornalistas, o leitor pode não ser confrontado com os pontos de vista acerca de uma notícia num só dia, mas ele irá ser confrontado com uma diversidade de pontos de vista ao longo de um certo período de tempo.

Como um fórum a arejar a «política da realidade», a definição dos jornalistas da situação para além da apresentação dos dados suficientes para o leitor chegar a uma conclusão. Um conjunto de pretensões de verdades contraditórias, como as hipóteses apresentadas, teriam mais tagens em ser encaradas como um convite aos leitores para exercitarem a percepção selectiva, uma reacção característica às notícias. De facto, o convite à percepção selectiva é insistente, pois cada versão da realidade reclama a mesma validade potencial. Visto que a «objectividade» pode ser definida como «prioridade aos objectivos externos ao pensamento subjectivo» como «aquilo que pertence ao objecto de pensamento e não ao sujeito que pensa» (nas definições de dicionário), seria difícil de afirmar – como os jornalistas fazem – que

referia o facto de que o falecido tinha tocado com John Philip Sousa. O «facto» suplementar, o editor concordou, justificava a expressão «músico excepcional».

De igual modo, um repórter criticou os editores por falta de objectividade, a propósito de um artigo publicado que se referia à «propaganda comunista» num local específico. Ele defendia que o artigo deveria ter incluído mais «factos», tais como os títulos dos trabalhos específicos observados. Embora reconhecendo que o rótulo «propaganda comunista» pudesse não caracterizar correctamente cada uma das peças do trabalho ele insistia que uma tal apresentação seria mais «objectiva». Apresentar-se-iam «factos» (títulos) que serviriam de suporte à afirmação inicial. Além disso, os títulos possibilitariam, presumivelmente, ao leitor avaliar até que ponto é que a expressão «propaganda comunista» era correcta e como tal «factual», do mesmo modo que a referência à associação do músico falecido com Sousa possibilitaria ao leitor decidir por si só se o rótulo «músico excepcional» era justificado <sup>(10)</sup>.

A asserção dos jornalistas de que «os factos falam por si» é esclarecedora. Esta expressão implica uma distinção quotidiana entre os «factos expressivos» e o repórter (orador, bisbilhoiteiro, etc.) que fala pelos «factos». Se o repórter decidir falar pelos «factos», ele não poderá afirmar-se objectivo, «impessoal», «imparcial». Naturalmente, é assunto assente, do ponto de vista sociológico, de que os «factos» não falam por si. Por exemplo, Shibutani (1966) demonstra que a avaliação e a aceitação de «factos» está extremamente dependente dos processos sociais.

3. *O uso judicioso das aspas.* – Os jornalistas vêem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os «factos» falar, como se pode observar na discussão em torno do seguinte incidente.

Um edifício degradado, pertencente ao senhorio absentista, estava sem aquecimento há vários dias sob uma temperatura de aproximadamente zero graus. O senhorio afirmava que a caldeira estava a ser arranjada naquele momento. Quando Smith, o editor da secção local, visitou o edifício, não havia ninguém a trabalhar na unidade de aquecimento, um «facto» que Smith acrescentou à notícia do repórter. Ao rever o artigo, Jones, o adjunto do *managing editor*, disse ao seu subordinado Smith para contactar mais inquilinos do edifício e para aumentar o número de pessoas mencionadas na notícia.

*«Se me conseguires arranjar mais (citações dos inquilinos), publicamos a notícia», diz Jones. (Após alguns momentos) Jones voltou a dizer que queria mais pessoas citadas, porque «já tive demasiados problemas». Sem provas auxiliares, a notícia pode ser alvo de um processo de difamação.*

---

<sup>(10)</sup> Pode-se muito bem discordar do facto de que «empilhar facto em cima de facto» pressupõe um leitor sofisticado versado em diversas áreas. Por um lado, os jornalistas sustentam que a apresentação de provas auxiliares permite ao leitor decidir por si só se uma alegação ou uma descrição é «factual». Por outro lado, os jornalistas, por vezes, queixam-se e denigrem a inteligência dos seus leitores. De facto, em várias ocasiões, os editores fizeram questão de me ensinar a ler nas entrelinhas dos relatos de modo a que pudesse avaliar correctamente os «factos». Estas assunções contraditórias podem explicar a insistência de Ellul (1966, p. 76) quanto ao facto de que o homem que acredita estar informado e tem fome de notícias ser alguém facilmente manipulável pela propaganda especialmente se ele aderir aos mitos dominantes nas sociedades tecnológicas.

Ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa. Por exemplo, durante a cobertura noticiosa da visita de um grupo de individualidades a um procurador-geral dos EUA para exigir uma tomada de medidas contra o massacre de alguns estudantes negros em Orangeburg, Carolina do Sul, um repórter perguntou a um padre qual era a sua reacção ao comportamento do procurador federal.

*O padre respondeu: «Estamos extremamente preocupados com o que se está a passar. É lamentável que se responda às nossas preocupações de uma maneira em que não se tem em conta o facto de o assassinato de pessoas originar uma onda de emoção que não pode ser controlada dizendo aos cidadãos para não se precipitarem.» ... O repórter perguntou então: «Por outras palavras, está descontente?» O padre responde: «Penso que houve uma aspereza desnecessária.» Olha para um amigo e prossegue: «Grosseria é a palavra adequada.»*

Logo que saímos, o repórter explicou que entrevistou o padre para conseguir especificamente aquelas afirmações de modo a não propalar a sua opinião e não ter de ser ele a chamar grosseiro ao procurador-geral.

O uso de citações para fazer desaparecer a presença do repórter da notícia estende-se ao uso das aspas como instrumento de sinalização. Elas podem ser usadas, como acabamos de discutir, para informar: «Esta afirmação pertence a uma qualquer pessoa, menos ao repórter.» Também podem ser utilizadas para pôr em questão a designação atribuída. Por exemplo, o termo Nova Esquerda (sem aspas) refere-se a um grupo de pessoas com determinado posicionamento político. A «Nova Esquerda» (com aspas) refere-se a um grupo que se intitula de Nova Esquerda; neste caso, a legitimidade do grupo é posta em causa.

Impressionado por uma manifestação de resistência à incorporação militar, um repórter utilizou as aspas de todas as formas possíveis para satisfazer os seus editores que ele sabia serem contrários à manifestação. Escreveu:

*Alguns (milhares de) pessoas afluíram, ontem, até ao parque, onde um comício contra a incorporação e a guerra, «de um êxito surpreendente», atingiu o seu clímax quando mais de... jovens rasgaram as suas papeletas de incorporação.*

*O teor das duas horas e meia de manifestação foi de que o movimento «Nova Esquerda» está a crescer e que tem de se expandir para acabar com a actual política americana e «construir uma América em que não nos envergonhemos de viver».*

*A manifestação de protesto do parque foi um segmento das manifestações de costa a costa que decorreram em 60 cidades a que se chamou o Dia de Resistência Nacional. O evento de dois dias conclui-se hoje com algumas «sessões políticas» na zona citadina.*

*O comício do parque decorreu praticamente sem qualquer tipo de violência apesar da enorme multidão, na sua maioria composta por jovens. John Smith, o vice-superintendente responsável pelo destacamento policial, disse que «só dois ou três recontros, rapidamente sanados, estragaram um dia praticamente perfeito».*

(As citações nos três primeiros parágrafos foram retiradas de discursos do comício, embora a sua fonte não estivesse identificada na notícia.)

Embora o repórter concordasse com todas as afirmações e termos inclusos entre aspas, estas permitiram-lhe afirmar que não inserira as suas opiniões na notícia. Elas tornaram o

artigo «objectivo» e protegeram o repórter dos seus superiores. A cobertura das manifestações era geralmente atribuída a este repórter, embora simpatizasse com os manifestantes, e os seus *editors* não. Tivessem as suas simpatias sido percebidas, nunca mais ele teria sido enviado para futuras manifestações. Além disso, as suas notícias teriam sido substancialmente alteradas, e não foram. Na realidade, entre eles, os *editors* elogiaram o trabalho do repórter. Em suma, o repórter manipulou os seus superiores, inserindo as suas próprias opiniões, seguindo um procedimento que eles equiparavam a objectividade (11).

4. *A estruturação da informação numa sequência apropriada.* – A estruturação da informação numa sequência apropriada é também um procedimento destinado a indicar a objectividade, procedimento esse que é um atributo formal das notícias. A informação mais importante relativa a um acontecimento é suposta ser apresentada no primeiro parágrafo, e cada parágrafo subsequente deve conter informação de menor importância. A estrutura da notícia assemelha-se, do ponto de vista teórico, a uma pirâmide invertida.

Este é o aspecto formal mais problemático da objectividade para o jornalista. Relativamente aos outros três atributos formais, o jornalista pode afirmar que apresentou pontos de vista contrários; que existiam provas suplementares e que ele se limitou a recolhê-las; que as citações e as informações entre aspas representam as opiniões dos outros, não as suas. Todavia, mesmo que um repórter possa, inconscientemente imiscuir-se, nas ideias dos seus editores ao escolher um *lead*, submetendo-se assim à política da empresa, ele é que é a pessoa responsável pelo *lead* da notícia. Não pode dizer que a escolha pertence a outra pessoa qualquer. O repórter só pode invocar o profissionalismo e afirmar que o *lead* é validado pelo *news judgement*.

A invocação do *news judgement* (perspicácia profissional) é uma atitude inerentemente defensiva, pois o *news judgement* é a capacidade de escolher «objectivamente» de entre «factos» concorrentes para decidir quais os «factos» que são mais «importantes» ou «interessantes». «Importantes» e «interessantes» denotam conteúdo. Por outras palavras, ao discutir a estruturação da informação, o jornalista deve relatar as suas noções de conteúdo «importante» ou «interessante».

Até certo ponto, as dificuldades do jornalista são mitigadas pela fórmula familiar de que a notícia preocupa-se com «o quem, o quê, o quando, o onde, o porquê e o como». A isto chama-se os «seis servidores» de uma notícia. Assim, se o jornalista puder afirmar que foi atrás das «coisas mais materiais», ele pode dizer que foi «objectivo». Por exemplo, ao explicar o modo como abriria a notícia acerca da manifestação contra a guerra e a incorporação militar, o repórter disse:

---

(11) Tanto a diferença etária como o facto de trabalhar por turnos facilitaram o mau conhecimento que os editores tinham deste repórter. Os editores mais importantes tinham idades compreendidas entre os 45 e os 65. O repórter tinha pouco mais de 30. Os editores entravam ao trabalho às seis da manhã. O repórter saía do trabalho às seis da manhã. Embora os editores e repórteres pudessem estar na sala de redacção ao mesmo tempo, os editores tendiam a ligar-se aos repórteres mais velhos, com quem mantinham longas amizades construídas nas amenas cavaqueiras antes de se iniciar o trabalho. Além disso, uma vez que o jovem repórter usava cabelo curto e roupas conservadoras, os *editors* tinham poucas hipóteses de descobrir as suas crenças políticas. A capacidade do repórter de dissimular os seus pontos de vista é de alguma importância porque os superiores tendem a identificar a «objectividade» com o seu «ponto de vista» particular ou com a política noticiosa do seu órgão de informação (ver Breed, 1955).

*Primeiro, abrirei com as coisas mais materiais... Quantas pessoas lá estavam – é essa a «estória» principal... o número de papeletas de incorporação rasgados. No segundo (parágrafo), darei o tom. Depois, entrarei nos discursos. Os factos concretos vão em primeiro lugar.*

No entanto, os jornais e os repórteres podem não estar de acordo na identificação dos factos materiais. Este mesmo repórter passara os olhos por um relato da manifestação num outro jornal e achara-o «parcial». Queixou-se de que «havia milhares de pessoas (na manifestação) e eram, na sua maioria, pacíficas; no entanto, o jornal da tarde abriu com um caso de violência». Obviamente, o repórter do jornal da tarde contraporía que o seu relato era «objectivo», que a violência era «a coisa mais material», «o quem, o quê, o onde, o quando, o porquê e o como» da notícia. Como está já amplamente demonstrado em estudos anteriores, os jornais diferem na sua escolha dos «factos» materiais, nas suas políticas noticiosas, Matthews (1959), mas todos se reclamam de «objectivos».

Se os jornalistas tiverem problemas em identificar os «factos materiais» dentro dos limites da política do seu jornal, eles podem tomar outra opção. Em vez de discutir os atributos formais de uma notícia específica, eles podem descrever os atributos formais de um jornal.

#### IV

Um jornal divide-se em secções e páginas. As primeiras páginas contêm notícias de informação geral «estritamente objectivas». As notícias especializadas, como o desporto, as notícias de finanças, as destinadas às mulheres, aparecem em páginas claramente definidas, englobadas em secções distintas. Os artigos de informação geral que não são «objectivos» são colocados ou na página editorial ou na *Op Ed* (a página oposta à página editorial). Existem apenas duas excepções a esta regra. Uma é o *feature story*. Apesar de argumentos convincentes de que o *feature* é uma notícia (H. Hughes, 1940), os jornalistas formulam, com uma certa insistência, a distinção (por exemplo, Mott, 1962). Em alguns jornais, esta distinção está formalizada. Por exemplo, o *New York Times* insere os *features* na primeira página da segunda secção. A outra excepção é a «análise», que pode ser publicada nas páginas de informação geral «estritamente objectiva» se for acompanhada pelo rótulo formal <sup>(12)</sup> «de análise».

Os jornalistas usam o rótulo de «análise» para colocar uma barreira entre o artigo controverso e os outros artigos das páginas de informação geral. Do mesmo modo que as aspas estabelecem, teoricamente, a distância entre o repórter e a notícia e assinalam que as matérias nelas incluídas podem ser problemáticas, «análise» indica que as matérias que a acompanham nem representam as opiniões da administração nem são necessariamente «verdadeiras». Estas matérias são a interpretação do repórter dos «factos». Os leitores devem confiar e aceitar a informação do repórter de acordo com a avaliação das suas qualidades e pontos de vista revelados no seu trabalho geral e em análises anteriores.

---

<sup>(12)</sup> O termo «notícia de análise» é impresso em tipo diferente dos utilizados nos títulos, nome do autor, *lead* e corpo do artigo.

Contudo, o recurso do rótulo «notícia de análise» para sugerir a objectividade coloca problemas. A questão «Em que difere a notícia objectiva da ‘notícia de análise’?» veio a ser a mais difícil de todas as questões postas aos inquiridos durante os dois anos de pesquisa <sup>(1)</sup>.

Um editor disse o seguinte, depois de ter divagado durante dez minutos sem conseguir ir ao fulcro da sugestão:

*A «notícia de análise» implica juízos de valor. A notícia objectiva não pressupõe juízos de valor, sejam eles quais forem... Não se pode eliminar o rótulo «notícia de análise» e dizer qualquer coisa. Não, direi que um alarme toca na cabeça que pensa que a notícia está carregada e eu quero safar-me. (Embora) o leitor pense que o rótulo... (é) pesado e ponderoso, o ponto fulcral é o número e o grau de juízos de valor indocumentados na altura.*

Embora o editor delineasse uma técnica formal para alertar o leitor, ele não conseguiu dizer o que determina o «número e o grau de juízos de valor indocumentados na altura». Além disso, o editor reconhece a discrepância entre a razão para o seu procedimento e a interpretação que o leitor faz dessa actuação. Colocado perante o dilema, o jornalista invoca de novo o seu *news judgement* profissional – entendido como a sua experiência e senso comum que lhe permitam atribuir aos «factos» o valor de «importantes» e «interessantes».

## V

Pareceria que o *news judgement* é o conhecimento sagrado, a capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas. A experiência do jornalista com as relações interorganizacionais, as suas relações com a sua própria organização e outras organizações permitem-lhe reivindicar este *news judgement* assim como a «objectividade». O jornalista faz três generalizações:

1. A maioria dos indivíduos, enquanto fontes de informação, têm interesses pessoais a defender. Para ser credível, um indivíduo tem de provar a sua fiabilidade enquanto fonte de informação através de um método de ensaio e erro <sup>(14)</sup>.
2. Alguns indivíduos, como os presidentes de comissões, estão numa posição em que sabem mais do que outras pessoas numa organização. Embora eles possam ter interesses pessoais a defender, a sua informação é, provavelmente, mais «precisa» porque têm mais «factos» à sua disposição.
3. As instituições e as organizações têm procedimentos destinados a proteger tanto a instituição como as pessoas que estão em contacto com ela. O significado de uma afirmação ou de um «sem comentários» tem de ser avaliado de acordo com o conhecimento que o jornalista possui dos procedimentos institucionais.

---

<sup>(1)</sup> Vários repórteres e um assistente do editor da secção local disseram que não sabiam. O *managing editor* do jornal de domingo sorriu e deu umas pancadinhas nas costas do editor da secção local quando me ouviu formular a questão. Para um texto acerca do tema veja-se MacDougall (1968).

<sup>(14)</sup> Shibutani (1966) refere que dois repórteres perderam «cachas» referentes ao suicídio do Marshall Goering porque a sua fonte de informação – um guarda prisional – não provara a sua fiabilidade.



do pai foi aprovada pelo editor da secção de notícias suburbanas e pelo adjunto do *managing editor*, que insistiu para declarar a sua inocência. O editor da secção local e o editor da secção de notícias suburbanas deveriam saber que não poderiam rejeitar a notícia conter da sua rejeição baseava-se em dois factores: no facto de a notícia conter da sem resposta e no significado que os editores atribuíram ao comportamento. Como um deles afirmou: «Quando a polícia e o procurador distrital andam que algo se passa.» Os editores insistiam:

*Os jornais têm de seguir os passos legais como eles surgem numa situação normal detenção-acusação-julgamento, a menos que os jornais estejam certos de que existe um erro judicial... Então os jornais podem partir para uma cruzada busca dos acusados.*

Este caso não era um claro erro judicial porque existiam muitas questões por resolver. Por exemplo, o artigo rejeitado não referia se a criança estava debaixo de cuidados maternos ou se a criança ter morrido sem ser por negligência?», interrogavam-se os editores. Enquanto isso, quando o editor da secção local telefonou para a polícia em busca de informações suplementares acerca do pai, a polícia «fechou-se em copas». Com base na ausência de informação face ao procedimento policial, os editores presumiram que a polícia estava a tentar arrear-se para acusar o homem. Uma vez que a polícia «não faria a acusação» sem a prova exigida para provar uma causa em tribunal, concluíram que «há algo suspeito à volta do caso». Para passarem a notícia, os jornalistas sentiram que tinham de arranjar «mais factos».

controlá-lo, e os seus membros apoiam o homem no poder devido ao seu cargo institucionalizado, muito embora eles possam discordar dele.

Uma das afirmações cortada de um artigo que White escrevera era a de que o Presidente Johnson «estava a ficar assustado» nas primárias de New Hampshire. O adjunto do *managing editor* eliminou esta afirmação, pois ia contra qualquer experiência política dizer que um presidente que controla todo o poder no seu partido sentiria dificuldades contra um imprevisível senador pouco conhecido. Como o editor da secção local, que também apoiava McCarthy, explicou: «White é suposto ser um analista político, e as suas palavras não foram justificadas pelos factos. White já escrevia disparates há muito tempo.» Para realçar este ponto, o editor referiu que White até apostara com ele em como Johnson não seria candidato na eleição de Novembro. O editor considerou isto um disparate político e o tomar o desejo por realidade. Além disso, referiu, todos os presidentes do século XX se candidataram a um segundo mandato, e todos eles tiveram poder suficiente para assegurar a nomeação do seu partido, e os políticos adoram o poder.

Poder-se-ia concluir que a experiência organizacional do jornalista o predispõe contra hipóteses que contrariam as suas expectativas preexistentes. Do ponto de vista dos jornalistas, as suas experiências com outras organizações durante um período de tempo validam o seu *news judgement* e podem ser reduzidos ao «senso comum». Por «senso comum» os jornalistas entendem o que a maioria deles considera como verdadeiro, ou dado como adquirido.

## VI

O senso comum desempenha um papel importante na avaliação do conteúdo noticioso, uma vez que o conteúdo de uma notícia é composto de numerosos «factos», e o senso comum determina se uma informação pode ser aceite como «facto». Por exemplo, considere-se as provas auxiliares aceites como «facto» na descrição objectiva da «propaganda comunista». Se o controverso artigo tivesse referido o livro «O Capital» no cenário da «estória», o termo «comunista» justificar-se-ia. «O Capital» é geralmente associado ao comunismo e não é visto como um livro de teoria económica.

Os «factos» indocumentados que os jornalistas aceitam como provados revelam até que ponto é que o *news judgement* se pode basear no senso comum. Por exemplo, quando se discutiam as «notícias de análise», o editor da secção local afirmou: «Toda a gente diz que Gene McCarthy faz apelo ao elemento intelectual. Isso é dito nos artigos, mas não existe qualquer documentação. Não há tempo e espaço para a inserção de documentação, por isso você transforma-o numa afirmação banal. Não sabemos se é verdadeira. Será correcta, do ponto de vista estatístico?»

Os jornalistas não publicarão como «facto» afirmações que contradigam o senso comum. Rivers (1967, p. 187) relata a experiência de John F. Kennedy como repórter novato ao serviço da Hearst International News Service, a seguir à Segunda Guerra Mundial. Uma vez que Kennedy vivera em Inglaterra antes da guerra e «escrevera um livro acerca da desastrosa atitude militar britânica, (ele) foi enviado para fazer a cobertura das próximas eleições. Uma das suas primeiras notícias prognosticou que o Partido Conservador de Winston Churchill iria perder as eleições... Mal aquele artigo chegou a Nova Iorque», recordou Kennedy mais tarde, «Hearst, mais rápido que um foguete, acusou-me de pronto de não estar no meu juízo perfeito». O artigo de Kennedy contradizia a avaliação do senso comum americano ao insistir no

facto de que um político popular que havia liderado, com sucesso, o seu país durante a guerra, não seria reeleito. A sua contestada opinião de «perito» entrava em contradição com aquilo que todos sabiam e «tomavam como adquirido». Por isso não era «factual».

Como Schultz (1962, p. 175) exprimiu de forma pertinente: «Basta salientar que todo o conhecimento dado por adquirido tem uma estrutura altamente socializada, quer dizer, que é suposta ser dado por adquirido, não só por mim, mas por nós, por toda a gente (significando 'toda a gente' aqueles em que nos integramos).» Seria interessante explorar mais profundamente os tipos de informações que os jornalistas consideram «factos», afirmações cuja exactidão podem ser dadas como adquiridas. Sugerir noutro trabalho (1969) que as noções que o jornalista toma por adquiridas são, de facto, um quadro da sua visão da realidade social e política. Embora uma tal afirmação exija uma reapreciação das relações interorganizacionais de uma organização de uma notícia, uma exploração intensiva deste tópico ultrapassa o âmbito deste ensaio. Aqui basta salientar que 1) alguns conteúdos podem ser aceites como «factos» se fizerem sentido, e que 2) o *news judgement* que justifica o termo «sentido» parece ser o sagrado saber profissional. Mas a experiência profissional especializada é uma defesa inadequada contra a crítica, uma vez que as críticas estão frequentemente a atacar esse mesmo saber.

## VII

Explorando a noção de objectividade do jornalista, analisei até aqui 1) os procedimentos noticiosos enquanto atributos formais de notícias e jornais, 2) as decisões baseadas nas relações interorganizacionais, e 3) o senso comum enquanto base de avaliação do conteúdo noticioso. Embora os atributos formais das notícias e jornais possam apresentar problemas para o jornalista, eles permitem-lhe reivindicar a objectividade, e as suas reivindicações podem ser avaliadas pelo leitor.

Devido às diversas pressões a que o jornalista está sujeito, ele sente que tem de ser capaz de se proteger para o afirmar: «Eu sou um profissional objectivo.» Ele tem de desenvolver estratégias que lhe permitam afirmar: «Isto é uma notícia objectiva, impessoal, imparcial.» De igual modo, os editores e a administração do jornal sentem que têm de ser capazes de afirmar que o conteúdo do jornal é «objectivo» e que a política informativa e a política editorial são distintas uma da outra. Uma vez que os leitores não possuíam *news judgement* e, quando desafiavam os jornalistas, tendem a agir como se o possuíssem <sup>(15)</sup>, reivindicar a objectividade com base no *news judgement* pode não satisfazer os críticos.

Todavia, através da citação de atributos formais das notícias e dos jornais, incluindo aqueles que podem ser problemáticos (tal como «O Capital» para justificar o termo «propaganda comunista»), os jornalistas podem apontar como prova que fazem a distinção entre aquilo que pensam e aquilo que relatam. Eles podem afirmar que 1) apresentaram versões diferentes de uma mesma realidade, 2) apresentaram provas suplementares para

---

<sup>(15)</sup> Como os jornalistas não estão rodeados por uma mística técnica, dá a impressão que qualquer pessoa poderia fazer o seu trabalho. Afinal de contas, quase toda a gente é bisbilhoteira. Para uma comparação entre a notícia e a bisbilhotice, veja-se Shibutani (1966) e Parks e Burges (1967).

fundamentar um «facto», 3) utilizaram aspas para indicar que o repórter não está a dar uma versão dos acontecimentos, 4) apresentaram os «factos mais importantes» primeiro, e 5) separaram cuidadosamente os «factos» das opiniões através da utilização do rótulo «notícia de análise» (ou, simplesmente «análise»). Daria a impressão de que *os procedimentos noticiosos exemplificados como atributos formais das notícias e jornais são, efectivamente, estratégias através das quais os jornalistas se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objectividade*, especialmente porque a sua experiência profissional não é suficientemente respeitada pelos leitores e pode até ser alvo de críticas. Embora esses procedimentos possam fornecer provas demonstráveis de uma tentativa de atingir a objectividade, não se pode dizer que a consigam alcançar. De facto, tem sido sugerido que esses procedimentos 1) constituem um convite à percepção selectiva, 2) insistem erradamente na ideia de que «os factos falam por si», 3) são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista fazer passar a sua opinião, 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística, e 5) iludem o leitor ao sugerir que a «análise» é convincente, ponderada ou definitiva. Em suma, existe uma clara discrepância entre os objectivos procurados e os alcançados. Também não existe uma relação clara entre os objectivos procurados (a objectividade) e os meios utilizados (os procedimentos noticiosos descritos).

Esta interpretação tem várias implicações teóricas interessantes. Primeiro, defende o ponto de vista de Everett Hughes (1964, pp. 94-98) de que as profissões desenvolvem procedimentos ritualizados para se protegerem das críticas. Ele afirma: «Ao ensinar», uma actividade como o jornalismo, «onde os objectivos estão muito mal definidos – o mesmo acontecimento, conseqüentemente, com os erros – onde os leigos estão prontos a criticar e a culpar – a forma correcta de tratar os problemas torna-se num ritual, tanto ou mesmo mais que uma arte. Se um professor conseguir provar que seguiu o ritual, a culpa passa para a pobre criança ou estudante; e o fracasso pode-lhes ser, e é, imputado.» (pp. 96-97) Ao analisar o comportamento ritualista de profissionais secundários como os farmacêuticos e as enfermeiras, Hughes continua: «Nós temos uma ideia do que pode ser a função mais profunda da arte, culto e ritual de várias profissões. *Elas podem fornecer um conjunto de controlos emocionais e até mesmo organizacionais, dos riscos subjectivos e objectivos da profissão.*» (p. 197; ênfase acrescentada) Deste ponto de vista, os atributos formais das notícias e dos jornais parecem necessitar de rituais estratégicos para justificar o direito de se reivindicar objectivos. Eles permitem a um jornalista dizer, apontando para as suas provas: «Eu sou objectivo porque usei aspas.»

Segundo, estas conclusões podem ser relevantes para as noções de objectividade utilizadas por outros profissionais. Como previamente se sugeriu, os cientistas sociais fazem a distinção entre eles próprios e os outros, referindo a sua própria tendência para o estudo reflexivo das suposições filosóficas. Contudo, Gouldner (1970, p. 249), juntando-se a C. Wright Mills ao falar da «replicabilidade transpessoal», sugere: «Nesta noção, a objectividade significa apenas que um sociólogo descreveu os seus procedimentos de forma tão explícita que aqueles que os empregam no mesmo problema chegarão às mesmas conclusões. De facto, esta é uma noção de objectividade enquanto rotinização técnica e apoia-se, no fundo, na codificação dos procedimentos da investigação que foram empregados. Quando muito, esta é uma definição *operacional* de objectividade que presumivelmente nos diz o que devemos *fazer* para justificar se uma assertão de uma determinada descoberta é objectiva. Não nos diz, todavia, muito acerca do que a objectividade *significa*, dos pontos de vista conceptual e conotativo.»

Em suma, Gouldner acusa os sociólogos de se esquivarem dos problemas epistemológicos, escondendo-se atrás de técnicas formais. Ele pinta um quadro da objectividade sociológica enquanto *ritual estratégico* (16).

Outras profissões e actividades equacionam a objectividade com a capacidade de permanecer suficientemente impessoal para seguir os *procedimentos* de rotina adequados para um caso específico. Por exemplo, a postura objectiva do advogado dá origem à expressão: «É tolo o advogado que se tem por cliente.» A regra segundo a qual os médicos não podem operar familiares protege, supostamente, tanto o médico como os pacientes dos erros. Envolvido emocionalmente, o médico poderia não seguir os *procedimentos* médicos adequados (17).

Em todos estes exemplos, a objectividade refere-se a procedimentos de rotina que podem ser exemplificados como atributos formais (aspas, níveis de significância, precedentes legais, radiografias) e que protege o profissional dos erros e dos seus críticos. Dá a sensação de que o termo «objectividade» está a ser utilizado defensivamente como ritual estratégico. Todavia, enquanto as minhas conclusões substanciam esta conclusão relativa à utilização do termo «objectividade» pelo jornalista, as generalizações a outras profissões e actividades devem aguardar um estudo sistemático da utilização que fazem do termo «objectividade» dentro do contexto do seu trabalho (18).

---

(16) Outras afirmações feitas por sociólogos parecem defender esta acusação. Ao falar das reacções dos sociólogos aos estudos do comportamento pré-matrimonial, Udry (1967) pretende (embora não forneça provas suplementares) que os sociólogos citam estudos com conclusões que eles aprovam, mas põem em causa a metodologia de artigos cujos resultados ofendem os seus próprios valores. Reynolds (1967) desafia os factos científicos em rodapé, delineando a história natural de uma ficção «científica» eternizada. Goode (1979) trata a investigação em torno da marijuana no contexto da «política da realidade». Gouldner (1970, p. 254) sente que «o reino da objectividade é o reino do *sagrado* nas ciências sociais».

(17) Os médicos insistem que a sua atitude é «objectiva» ou «médica» quando seguem procedimentos carregados de significado pessoal, como sejam os exames ginecológicos. Embora Emerson (1970) não refira que os médicos usam o termo «objectividade», ela afirma (1970, p. 78) que uma «consequência da definição médica é que o paciente é um objecto técnico. É como se o pessoal trabalhasse numa linha de reparação de corpos; as partes de corpo vão passando e o pessoal tem uma tarefa específica a desempenhar». Por outras palavras, o pessoal médico dá realce a um *procedimento* impessoal.

(18) O reconhecimento da objectividade como ritual estratégico também levanta outros problemas pertinentes ao estudo dos meios de comunicação de massas, particularmente ao estudo dos seus efeitos. Será que os rituais estratégicos aumentam a credibilidade dos artigos noticiosos? Será que a sua prática leva os indivíduos a comportarem-se de uma maneira ou de outra? Qual é a interacção, se é que existe, entre estas estratégias e o conteúdo? Se existe uma interacção, será que ela tem influência na reacção do público? Questões deste género têm não só significado político como sociológico, mas, à excepção dos estudos das consequências da apresentação de pontos de vista contraditórios (revistos por Klapper, 1960, pp. 113-117), elas ainda têm que ser exploradas.

3.<sup>a</sup> PARTE

# AS ESTÓRIAS

## **Introdução**

*de Nelson Traquina*

*Já há muito tempo, o termo «estória» é utilizado no léxico profissional do jornalista norte-americano para se referir às notícias e, hoje em dia, é também cada vez mais frequente ouvir os jornalistas portugueses empregarem o mesmo termo de idêntica maneira.*

*Possivelmente, quando os jornalistas utilizam o termo não reconhecem todas as suas implicações: traduz apenas o reconhecimento de uma obrigação profissional de ter de falar das coisas de uma forma interessante. Mas ao dizer que as notícias são uma «estória», como será claro à luz dos artigos desta parte, afirma-se que as notícias são uma forma cultural, um produto da cultura, um artefacto que, nas palavras de Schudson (1980, p. 24), «involuntariamente se apoia ou faz uso de padrões pré-existentes para produzir sentidos», ideia que, segundo o autor, se apoia na chamada teoria da «acção cultural». As notícias são, de novo, encaradas como uma construção, perspectiva que, como tivemos ocasião de ver, põe em causa o dogma segundo o qual as notícias reflectem a realidade. No entanto, como escreve GAYE TUCHMAN, «dizer que a notícia é uma 'estória' não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna». O mesmo ponto é sublinhado por Michael Schudson quando ele refere que as notícias não são ficcionais. Igualmente S. Elizabeth Bird e Robert W. Dardenne são claros neste ponto quando afirmam que encarar as notícias como uma narrativa não nega o valor das notícias como correspondendo a uma realidade exterior, nem nega que as notícias informam. Levantando o problema da relação entre a realidade e as «estórias» sobre a realidade, as notícias como «estórias» constituem uma construção que sublinha a importância do factor cultural.*

Para Tuchman, o conceito de frame ajuda a compreender esta relação. O frame («enquadramento») — um conceito aplicado por Erving Goffman à forma como organizamos a vida quotidiana para compreendermos e respondermos às situações sociais —, corresponde à principal ideia organizadora que é utilizada para dar sentido ao acontecimento (assunto ou, mesmo, problemática) e que, subsequentemente, influencia todo o processo de selecção e de construção da notícia. Tuchman também sublinha a importância dos frames na própria identificação das «faixas» da vida como acontecimentos. No seu processo de socialização, os jornalistas apreendem os frames e utilizam-os constantemente para transformar os acontecimentos no seu produto profissional, as «estórias». Tuchman acrescenta que alguns acontecimentos nunca podem ser notícia porque o catálogo de frames existente não contém um que seja aplicável.

Esta mesma ideia é reiterada por BIRD e DARDENNE quando os autores questionam a pretensão de que cada notícia é «inventada» exclusivamente a partir dos factos do acontecimento. Ao contrário, citando Hall (1984), um «inventário de discurso» é mobilizado, criando uma «ressonância» que parece muito semelhante à ideia de «consonância» proposta no artigo de Galtung e Ruge. Segundo Bird e Dardenne: «No processo de produção jornalística, os jornalistas não se limitam a usar definições culturalmente determinadas, eles também têm de encaixar novas situações em velhas definições.» À luz de algumas considerações que foram feitas na segunda parte desta antologia, é pertinente referir aqui a citação que Bird e Dardenne fazem da reflexão de um antigo jornalista, Robert Darnton: «Devido à nossa tendência de ver os acontecimentos imediatos em vez dos processos a longo termo, nós éramos cegos ao elemento arcaico no jornalismo. Mas as nossas próprias concepções das 'notícias' eram o resultado de formas antigas de contar 'estórias'. Por exemplo, Bird e Dardenne escrevem que cada notícia sobre crime é escrita sobre um pano de fundo de outras notícias sobre crime, «tirando e acrescentando.» Acentuam que os próprios «valores-notícia» são códigos, culturalmente específicos, de contar «estórias». Os jornalistas fazem uso de valores-notícia, regras e fórmulas que lhes permitem, em cada circunstância, completar o seu trabalho, «enchendo o esqueleto de carne». Os jornalistas., como membros de uma cultura específica, constroem as notícias segundo uma «gramática da cultura»; as notícias constituem uma narrativa representativa da cultura. Assim, as notícias ajudam-nos a compreender os valores e os símbolos com significado numa determinada cultura.

Bird e Dardenne argumentam também que as notícias transcendem as suas funções tradicionais de informação e explicação, contribuindo para um sistema simbólico duradouro. Enquanto narrativas, as notícias recriam o sentido de segurança da sociedade, aspecto já sublinhado por Adriano Duarte Rodrigues quando refere a «função remitificadora» das notícias. Segundo Bird e Dardenne, as notícias ajudam a criar ordem a partir da desordem e estabelecem as fronteiras do comportamento aceitável. Enquanto narrativa mítica, as notícias possuem os seus próprios códigos simbólicos que são reconhecidos pelas audiências.

Os autores desenvolvem uma reflexão sobre a existência de diferentes formas narrativas. Em particular, estabelecem a distinção entre chronicle (registo) e «estória» e comparam esta distinção das «vozes narrativas» com a distinção estabelecida na filosofia socrática entre as formas discursivas do logos e do mythos. Utilizam esta distinção para explicitar o dilema que «dois ideais impossíveis» colocam aos jornalistas: «As exigências da 'realidade', que eles vêem como atingíveis através de estratégias objectivas, e as exigências da narratividade.» Assim, os jornalistas confrontam-se com um paradoxo: «Quanto mais objectivos



forem, mais ilegíveis se tornam, e quanto melhores contadores de 'estórias' forem, melhor resposta terão dos seus leitores, mas mais receios os jornalistas terão de trair os seus ideais.» No entanto, ambas as «vozes» fazem parte das notícias, que os autores recordam não serem ficcionais, sendo contudo «estórias» sobre a realidade e não a realidade. Ambas reforçam-se mutuamente: o *chronicle* corrige o mito e traça os parâmetros da normalidade, a «estória» convence e torna as coisas mais «reais». Ambas utilizam os «mapas de significado» (Hall et al.) para construir uma realidade em conformidade com esses mesmos mapas para atribuir significados a novas realidades. Segundo os autores, são os interesses do status quo que são defendidos.

Ao analisar a cobertura jornalística do «Discurso à Nação» do Presidente norte-americano ao Congresso de 1790 até hoje, o artigo de MICHAEL SCHUDSON demonstra que as formas narrativas não são um dado adquirido imutável. Dá como exemplo o abandono da forma cronológica e o surgimento da pirâmide invertida como um desenvolvimento específico do jornalismo norte-americano do fim do século XIX. Para Schudson, «o poder dos media não está só (nem principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem». Assim, para o autor, as formas narrativas são importantes porque, através da forma, «o mundo é incorporado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas, sendo então transfigurado, deixando de ser um tema de discussão para se tornar uma premissa de qualquer possível conversa». Schudson escreve que as notícias não são ficcionais mas são convencionais. As convenções reforçam certas pressuposições acerca do mundo político e do papel dos jornalistas, e também moldam e estreitam o raio dos tipos de verdade que podem ser ditos.

No estudo sobre os «discursos à nação», o autor demonstra que os aspectos do acontecimento que são seleccionados para fazer parte da notícia também são mutáveis ao longo do tempo: a inclusão ou não de referências às reacções dos congressistas, às reacções na imprensa estrangeira, ao espectáculo do encontro; a utilização ou não de entrevistas; o papel do próprio Presidente como um actor, como o actor principal; a existência de interpretações sobre o conteúdo da mensagem e de comparações com outras mensagens. Schudson descobriu uma mudança no papel do jornalista de simples estenógrafo a intérprete assertivo; a utilização da pirâmide invertida reconheceu implicitamente o jornalista como perito político. Para o autor, estas mudanças não são um reflexo de mudanças na estrutura política (isto é, da realidade relatada); algumas mudanças no sistema político são posteriores às mudanças operadas nas convenções narrativas. As notícias são parte constituinte da própria política da forma narrativa, que, neste caso, tem várias causas: a influência indirecta de novas tecnologias (o caso do telegrafo), a necessidade de responder a uma nova classe de leitores, e a afirmação da própria classe jornalística (devido à sua crescente consciencialização e autonomia). Assim, segundo o autor, já nos anos 20 os jornalistas norte-americanos sentiam ter o direito de analisar o significado das mensagens presidenciais, algo que também os jornalistas da televisão norte-americana mais tarde afirmariam (após uma fase inicial de dúvidas sobre o lugar da informação no novo meio), embora retomando a ordem cronológica e uma especial atenção ao espectáculo e ao ritual deste acontecimento.

Schudson alerta-nos, tal como algumas das leituras da primeira e segunda partes desta antologia, para a importância do papel da interacção entre os jornalistas no processo de formação de consensos e acrescenta que os jornalistas confiam não só nos outros jornalistas mas também nas formas narrativas, em volta das quais trabalham e tagarelam. No entanto, o

autor deixa uma advertência aos jornalistas: as formas narrativas, que os jornalistas precisam de controlar para serem respeitados como profissionais, também têm o poder de controlar os jornalistas e, através deles, o próprio público que consome as notícias.

PAUL WEAVER aponta também a importância da forma no seu trabalho de comparação das notícias de imprensa com as notícias televisivas. Referindo-se às notícias norte-americanas, Weaver acentua as diferenças entre estas duas variedades de notícias, mas reconhece que há também semelhanças. Entre estas, Weaver refere que ambos os tipos de notícias são variedades de jornalismo, isto é, relatos correntes sobre acontecimentos correntes, reconhecendo assim a dificuldade que uma focagem sobre o presente representa para o jornalismo (e que já foi sublinhado nos artigos de Traquina e Schlesinger). Outra semelhança destas duas variedades de jornalismo é a sua incapacidade de descrever a complexidade e a ambiguidade, bem como a sua vulnerabilidade perante os «pseudo-acontecimentos». Outras semelhanças, apontadas pelo autor, são: ambas reflectem o ethos da comunidade jornalística e são moldadas pelos processos e pelas estruturas de produção; ambas centram a sua atenção em acontecimentos e numa linha simplista de «acção dramática»; ambas utilizam «os mesmos temas, fórmulas e símbolos na construção das suas narrativas», ou seja, são «cortadas da mesma fazenda intelectual e retórica».

Apesar de tantas semelhanças, e elas são de peso, Weaver parece sublinhar as diferenças entre as notícias de imprensa e as notícias televisivas. Uma diferença determinante relaciona-se com a estrutura das notícias. Aqui, o autor sublinha dois aspectos. Primeiro, as notícias televisivas são mais unidas estruturalmente porque são organizadas em função do tempo, enquanto as notícias de imprensa são organizadas em função do espaço. Por isso, o noticiário televisivo, em contraste com o jornal, tende a privilegiar uma unidade temática (um ponto que o artigo de Gurevitch e Blumler ilustrou quando refere a preocupação dos jornalistas da BBC em encontrarem um tema na construção do «pacote»). Segundo, a diferença estrutural existe igualmente em relação a cada notícia individual. Weaver explica que a notícia televisiva é um todo que só é inteligível quando visto na sua totalidade, precisando, por isso, de um tema que atravessa toda a notícia do início até ao fim. Em contraste, a notícia de imprensa é geralmente organizada segundo a pirâmide invertida, com os elementos mais importantes da notícia logo no primeiro parágrafo, o lead. Devido às diferenças estruturais, Weaver chega à conclusão polémica de que as notícias televisivas são mais interpretativas e menos constrangidas pelo fluxo diário dos acontecimentos.

Outra diferença entre as notícias televisivas e as notícias de imprensa é que enquanto estas são visuais as notícias televisivas são audiovisuais. Segundo o autor, as notícias de imprensa empregam uma voz narrativa impessoal em que a forma retórica apaga a presença do jornalista na procura do ideal da objectividade; em contraste, a voz narrativa das notícias televisivas é pessoal devido à presença física do jornalista. Todavia, Weaver reconhece que o jornalista televisivo é representado como uma personagem omnipresente que fala com a autoridade de quem sabe tudo. Neste ponto, o autor conclui então que as notícias de imprensa dizem menos do que realmente sabem devido ao constrangimento da narrativa impessoal, enquanto as notícias televisivas dizem mais do que sabem.

A terceira diferença sublinhada é a importância dada pelas notícias televisivas ao espectáculo, cujo índice mais evidente é a preocupação demonstrada pelos jornalistas televisivos com a imagem, i.e., a existência de boas imagens como critério de noticiabilidade. Escreve Weaver: «Esta preocupação leva o jornalismo televisivo a dar cobertura desproporcionada a

*acontecimentos, ou aspectos de acontecimentos, que são espectaculares ou filmados de formas espectaculares».*

*Até agora tivemos a oportunidade de ver a importância das diferentes vozes narrativas (Bird e Dardenne), a evolução histórica das formas narrativas (Schudson), a influência das características do meio sobre as formas (Weaver). O artigo de DANIEL HALLIN e PAOLO MANCINI chama a atenção para o factor nacional na análise da narrativas jornalísticas. Para os autores, as notícias são uma forma de representação que é estruturada pelos próprios processos políticos e sociais que as notícias tentam «reflectir» e pelo próprio papel das notícias nesses processos. Num estudo comparativo das notícias televisivas nos Estados Unidos e em Itália transmitidas em 1982, Hallin e Mancini encontraram diferenças não só no conteúdo noticioso mas sobretudo nas convenções narrativas utilizadas. Há mais notícias estrangeiras no noticiário norte-americano e as notícias políticas são mais centradas na actividade do governo, enquanto as notícias italianas privilegiam a actividade partidária. O noticiário televisivo norte-americano é caracterizado pela sua unidade temática, enquanto o noticiário italiano não apresenta uma lógica interna; ao nível da notícia individual, as notícias americanas são mais estruturadas na forma de uma «estória» e, por isso, interpretativas, enquanto as notícias italianas são, na terminologia dos autores, mais «referenciais».*

*Outras diferenças são apontadas pelos autores. Primeiro, existe uma maior utilização do elemento visual no noticiário norte-americano, enquanto o noticiário italiano emprega mais convenções da imprensa. Segundo, as notícias americanas são mais frequentemente construídas na perspectiva do cidadão comum e as fontes «não oficiais» estão mais presentes no noticiário (mesmo assim 68% das notícias dessa semana utilizam fontes oficiais), enquanto as notícias italianas são altamente institucionalizadas. Escrevem Hallin e Mancini: «Raramente aparece alguém nas notícias televisivas italianas que não represente um participante organizado do processo político.» Terceiro, os jornalistas televisivos norte-americanos raramente utilizam a primeira pessoa, enquanto os jornalistas televisivos italianos frequentemente empregam o «nós», significando ele (o jornalista) e o público.*

*Os autores tentam explicar estas diferenças e fazem referência à natureza comercial da televisão americana em contraste com o estatuto público da radiotelevisão italiana, a RAI. Os clientes principais da televisão norte-americana são os publicitários, enquanto a clientela principal da televisão italiana são os partidos políticos. Mas consideram essa explicação inadequada e avançam que a resposta se encontra na estrutura diferente do espaço público em cada país: o espaço público norte-americano é vazio, enquanto o italiano é institucionalizado de forma rígida. Escrevem os autores: «Dado que exercem controlo sobre a televisão estatal, não há necessidade para os partidos políticos permitirem que os jornalistas usurpem a sua função como árbitros do significado político.» Acrescentam: «De facto, é algo artificial dizer que o jornalismo existe em Itália como uma instituição única e reconhecível. A Itália tem dois jornalismo e nenhum deles tem a autonomia de função, organização e ideologia que o jornalismo norte-americano tem.» Os autores prosseguem a sua análise e indicam que o jornalismo de imprensa está virado para o comentário político, enquanto o jornalista televisivo italiano é «um funcionário político». Em contraste, os jornalistas norte-americanos definem-se como membros de uma profissão autónoma, que tem a sua própria ideologia: assumem-se como representantes do público em prol do qual trabalham. Assim, o papel dos jornalistas norte-americanos é muito activo em contraste com o papel passivo dos*

*jornalistas italianos, definidos como simples transmissores da informação. Hallin e Mancini concluem: «Portanto, a característica unida e temática do noticiário americano resulta não só dos imperativos comerciais mas também do papel central que o jornalismo tem no sistema político norte-americano.»*

*Aqui, parece pertinente recordar o artigo de Schudson e a sua demonstração de que a mudança nas convenções narrativas utilizadas pelos jornalistas norte-americanos traduziu uma afirmação da crescente consciencialização e autonomia profissionais dos jornalistas. Hallin e Mancini consideram que as diferentes convenções narrativas têm diversas consequências sobre as notícias. Assim, as convenções utilizadas no noticiário americano privilegiam o actor e requerem um «herói», dificultam a expressão de ideias abstractas, implicam um papel mais activo por parte do jornalista na procura da informação, e impõem uma postura mais crítica por parte dos jornalistas. Estas conclusões podem levantar reservas – e certamente polémica. Mas, igualmente, a importância da questão colocada pelos autores da relação entre o jornalismo e a autoridade política não se limita às convenções narrativas; ao contrário, essas mesmas convenções narrativas utilizadas pelos jornalistas podem reflectir, em parte, a relação de forças entre os jornalistas e outros agentes sociais.*

*O último artigo desta antologia fornece uma reflexão crítica sobre o tipo de conhecimento que as notícias fornecem. Para E. BARBARA PHILLIPS, as notícias fornecem «familiaridade acerca» e não «conhecimento sobre» as coisas. As notícias são assim devido a certos hábitos mentais dos jornalistas acerca da realidade social, hábitos esses que provêm da orientação prática dos jornalistas, da sua linguagem particular, o chamado «jornalês», e da sua epistemologia específica. Segundo a autora, os jornalistas são pragmáticos, orientados para o concreto, focados sobre os acontecimentos. Os jornalistas violam o princípio de Platão segundo o qual a tarefa do teórico é a de evitar o desmembramento da realidade em pequenos pedaços. Ao contrário do teórico, os jornalistas são atraídos pelo contingente. Na terminologia do antropólogo Claude Lévi-Strauss, os jornalistas são bricoleurs, pessoas que usam a lógica das mãos e dos olhos, a lógica do concreto, e seguem um impulso do ofício, o instinto.*

*Segundo Phillips, os jornalistas possuem certos hábitos mentais relacionados com a profissão, tais como a dependência do instinto, uma orientação temporal para o presente, e uma linguagem específica, denominada «jornalês».*

*O «jornalês» utiliza formatos específicos (a pirâmide invertida, por exemplo) que impõem uma estrutura sobre os acontecimentos; e o «jornalês» (importante) realça o concreto, o particular e o indivíduo em oposição ao estrutural, ao abstracto e ao universal. A unidade das notícias é geralmente o acontecimento; o acontecimento gira em torno de pessoas em situações contingentes; os formatos jornalísticos desaprovam o estabelecimento de ligações entre os acontecimentos, e os jornalistas, como não teóricos, vêem os acontecimentos como factos desconexos. Assim, para a autora, as notícias são um «mosaico», um «caleidoscópio de formas variáveis da realidade superficial». Devido aos constrangimentos temporais e às pressões da organização, as ambiguidades e os desenvolvimentos em fluxo tendem a ser não notícias. E. Barbara Phillips conclui: «De um modo geral, as notícias dão a sensação de que existe novidade sem mudança.» Como escreve Traquina, no artigo publicado na segunda parte desta antologia: «Controlado pelo relógio, dedicado ao conceito de actualidade, obcecado pela pergunta 'o que há de novo?', o jornalista e as empresas jornalísticas para as quais trabalha, dão, sobretudo, importância ao objectivo de produzir as notícias sobre*

os acontecimentos mais recentes. E na resposta aos seis 'servidores' habituais do lead noticioso, os dois (como? porquê?) que mais carecem de explicação são precisamente aqueles que o leitor quer da notícia e menos encontra. Exigir isso é talvez pedir demasiado a estes profissionais inundados pela cheia de acontecimentos e assediados pela hora de fecho.»

Só uma mudança fundamental na natureza do jornalismo, como ele é praticado hoje em dia, poderá alterar significativamente as notícias. Mas, com profissionais altamente qualificados, com uma sólida formação cultural, e com empresas jornalísticas com recursos substanciais que permitam melhor responder às exigências do dia-a-dia, o jornalismo consegue ser menos vítima dos seus constrangimentos e da sua própria ideologia (como alguns casos no jornalismo português exemplificam hoje em dia). Assim, as notícias terão mais valor e a sua leitura será ainda mais necessária.

## Contando «estórias» (\*)

*Gaye Tuchman*

*Frame analysis* pode ajudar no estudo dos princípios de organização que estão na base da selecção e definição dos acontecimentos noticiosos.

Os relatos de acontecimentos noticiosos são «estórias» — nem mais nem menos. Como Robert Park (1925) afirmou há várias décadas, a notícia de jornal é uma forma de literatura popular, uma reencarnação das ainda populares novelas apresentadas de uma outra forma. Mais recentemente, citando uma aluna de Park, Helen Hughes (1940), Robert Darnton (1975) abordou a mesma questão: os repórteres descobrem acontecimentos nos quais conseguem localizar os temas e os conflitos de uma sociedade particular. Estes acontecimentos são recontados essencialmente através da mesma «estória» de ano para ano ou mesmo de década para década. Por exemplo, Darnton relata que enquanto era repórter de polícia, e andava à procura de uma «boa 'estória'» num determinado dia, descobriu que haviam roubado uma bicicleta de criança. Ele escreveu e publicou uma «estória» tocante, realçando o drama humano da perda de propriedade do miúdo e soube posteriormente que, na prática, a mesma «estória» saíra no seu jornal alguns anos atrás.

Implícita no ensaio de Darnton está a noção de que os jornalistas aprendem formas de «estórias» que eles usam como equipamento profissional, como mecanismos que eles podem aplicar para transformar os acontecimentos que encontram no seu produto profissional — relatos de acontecimentos ou *news stories*. Todavia, Darnton não fornece uma técnica para analisar esta suposta «transformação». Neste artigo, gostaria de apresentar uma técnica através da aplicação dos conceitos de *frame* e *strip* de Goffman (1975) às notícias e aos

---

(\*) Reedição de: *Journal of Communication* (Vol. 26, N.º 4, 1976). «Telling Stories», de Gaye Tuchman. Direitos de autor: Oxford University Press. Reedição com a aprovação do editor.

acontecimentos noticiosos. Como se mostrará, os conceitos de Goffman são particularmente úteis porque eles não pressupõem que uma transformação ocorra quando os acontecimentos noticiosos se tornam «estórias». Nem pressupõem que haja necessariamente uma correspondência entre acontecimento e «estória».

Como Goffman (1975, pp. 10-11) o define, um *frame* é constituído pelos princípios de organização que governam os acontecimentos — pelo menos os sociais — e o nosso envolvimento subjectivo neles». Os *frames* organizam as «strips» do mundo quotidiano, entendendo-se por *strip* «uma fatia ou corte arbitrário do fluxo da actividade corrente» (1975, p. 10). Além disso, eles também podem governar a constante organização social dos próprios acontecimentos. Assim, eles podem constituir *happenings* soltos ou conversa amorfa como um acontecimento perceptível, ao passo que sem o *frame* seriam apenas *happenings* ou apenas conversa. Assim, utilizando as convenções da *news story* como *frame*, os repórteres conseguem mais do que fazer um acontecimento público; eles definem o que é e quais os *happenings* amorfos que fazem parte do acontecimento (Smith, 1974). Como *frames*, as «estórias» oferecem definições da realidade social.

Um exemplo pode clarificar a aplicação do conceito de *frame* às notícias. Considere-se a seguinte troca de palavras, tirada de notas de campo:

- A: Como foi?  
B: Não muito grande.  
A: Seis parágrafos?  
B: Está bem.

A troca de palavras, em si, não tem sentido. Informação suplementar fornece um contexto social e empresta algum significado a esta fatia de conversa:

Um repórter regressa à Redacção vindo da cena do fogo, a sua tarefa do dia. Antes de se dirigir para a secretária, fala com o editor da secção local. Erguendo os olhos, o editor pergunta: «Como foi?». «Não muito grande», responde o repórter. «Seis parágrafos?», pergunta o editor, querendo dizer «Será espaço suficiente para cobrir este acontecimento?». «Está bem», responde o repórter, e dirige-se para a sua máquina de escrever, elaborando mais tarde uma «estória» acerca do fogo com seis parágrafos de extensão (Sigal, 1973).

É claro que os «dispositivos de *framing*» (como seja noticiar e acrescentar uma determinada informação) identificam os *happenings*.

Neste exemplo, dar um início e um fim (um contexto) <sup>(1)</sup> à conversa proporciona-lhe os atributos de uma anedota estruturada e «revela» que a conversa é uma conferência editorial. Mais importante ainda, esta conferência editorial eleva o fogo ao estatuto de acontecimento. Embora o «fogo menor» possa ter causado estragos nas vidas das pessoas cujos lares foram demolidos, o seu carácter público formou-se a partir da natureza da «estória» — um «fogo de seis parágrafos» não muito interessante, aparentemente com falta de drama humano.

---

(1) O uso de contextos na identificação do significado é discutido em novas teorias sociológicas, incluindo trabalhos de Garfinkel (1967), Zimmerman e Pollner (1972) e Smith (1974).

Para os repórteres, aquele «fogo de seis parágrafos» tem ainda outra característica. Não é nem uma conflagração que destruiu os seus lares (como poderia ter sido para os residentes dos prédios destruídos), nem apenas um «fogo menor aparentemente com falta de drama humano» (como poderia parecer para os leitores do jornal). É uma «estória», melhor, uma de uma série de «estórias», que é o produto de dias e anos de trabalho jornalístico de rotina.

A ênfase dada às «estórias» sugere que, pelo menos em parte, os repórteres possam falar entre eles mais de «estórias» do que de acontecimentos. Eles podem ver o mundo quotidiano e os seus documentos de apoio em termos do produto que vão fabricar — a «estória». Os seguintes resumos de conversas, retiradas de observações de campo, ilustram este fenómeno:

*Um repórter de tribunal conversa com um advogado que lhe trouxe a queixa de dois guardas da «Housing Authority». Após terem falado acerca do caso, o advogado afirma que conhece o «grande repórter» do jornal e resume o acontecimento que discutira com o «grande repórter». «Lembro-me da 'estória'», responde o repórter.*

Que existem noções abstractas de «estórias» é mais visível nas referências negativas dos repórteres. O repórter B tinha evidentemente na cabeça uma noção de um tipo de «estória» durante a seguinte troca de palavras:

*Três repórteres, sentados em secretárias vizinhas, conversam durante um período de ócio. Começaram a conversar acerca dos requisitos legais para se ocupar um cargo político e de quais os cargos que exigem que o político viva na zona que ele/ela representa. O repórter A, escalado para a Câmara Municipal durante o dia, disse que o membro X da assembleia não vivia no círculo por que fora eleito, e isso poderia ser uma boa «estória». (Os repórteres trocam dicas para «estórias» como prova de amizade). O repórter B, o repórter político que deveria cobrir tais assuntos, rematou a conversa dizendo: «Não vou pegar nessa porcaria.»*

Visto que o repórter B se recusava a reconhecer a residência do membro da assembleia como uma «estória válida», ele não considerava a residência como um acontecimento público.

Certamente, a importância das «estórias» enquanto *frames* está implícita na literatura sobre a comunicação que trata o problema da socialização dos jornalistas. No mínimo, aprender «estórias» inclui aprender a identificar o *lead* de uma «estória», a distinguir entre um *lead* de primeiro e segundo dia, a fazer uma transição suave entre os parágrafos potencialmente disjuntivos, e a dispor os parágrafos de modo que caiam «naturalmente» numa pirâmide invertida. Todavia, a literatura não refere que elementos como estes identificam os acontecimentos e as suas circunstâncias particulares. De novo, um exemplo negativo, uma «estória» que não chegou a ser escrita, fornece a chave para a compreensão do processo de identificação e definição: Um repórter estava sentado na sua secretária, um cigarro na boca, as mãos suspensas sobre as teclas da máquina de escrever, uma pose característica de quem está «à procura de um *lead*». «Se estás com problemas em encontrar um *lead*, por que razão não dizes a Gaye» (\*), afirmou um colega. O repórter resumiu a «estória» que queria escrever. Dizia

---

(\*) Nota de tradução — Uma referência ao autor do artigo. O exemplo é retirado dos seus apontamentos de campo.



respeito à sua visita a um centro prisional da cidade no qual os reclusos recentemente se haviam amotinado. Ele e outros repórteres haviam acompanhado uma comissão da Câmara Municipal nessa visita e num período de perguntas e respostas com os reclusos. Os reclusos queixavam-se de que estavam detidos antes do julgamento porque não conseguiam arranjar dinheiro para pagar as elevadas fianças que haviam sido estabelecidas e que este procedimento violava as disposições da Constituição americana. Os membros da Câmara esperavam receber queixas acerca da comida e de outras condições de vida; eles não ouviram os argumentos acerca da Constituição embora esses argumentos tivessem sido apresentados. O argumento constitucional é a «estória», disse o repórter, mas o seu jornal, assim como os membros da Câmara, esperavam a «estória» acerca das condições de vida. O repórter não conseguia encontrar um *lead* que se ajustasse quer à «sua estória», quer àquilo que ele entendia ser a «estória» tradicional acerca das condições prisionais que o seu jornal esperava receber. Finalmente, tirou a folha em branco da máquina de escrever, dizendo que se recusava a escrever «a estória» esperada, e virou-se para outro assunto.

Argumentar que as notícias são «estórias» e que as «estórias» são *frames* para identificar e definir acontecimentos pode parecer implicar que as «estórias» não são factuais nem objectivas.

Esta inferência pode ser particularmente compeltiva porque alguns dos exemplos apresentados aqui envolviam fenómenos, como era o caso da visita ao centro prisional, que os investigadores frequentemente discutem sob as rubricas da objectividade e da parcialidade, incluindo o conhecimento do repórter do ponto de vista particular do seu próprio jornal (Breed, 1955b). Todavia, o facto de os repórteres como profissionais terem em princípio aderido a uma norma de facticidade e objectividade pode demonstrar até que ponto o acto de contar «estórias» é um aspecto compeltivo do trabalho de um repórter e também demonstrar que a «estória» faz exigências ao repórter enquanto contador de «estórias». As normas podem servir para identificar as questões pertinentes. Se não houvesse qualquer questão, não haveria nenhuma necessidade de qualquer norma.

Ser um repórter que lida com factos e ser um contador de «estórias» que produz contos não são actividades antitéticas. De facto, é muito provável que alguns acontecimentos nunca consigam «ser notícia» porque o catálogo de antigos *frames* de «estórias» não inclui um *frame* particular que se lhes possa aplicar. Noutro local (Tuchman, 1977), sugeri que isto pode ter sido o caso durante algumas fases da reportagem acerca do movimento feminista. Citando uma repórter incapaz de escrever «estórias» acerca das actividades do movimento:

*Havia uma quantidade de coisas interessantes a desenrolar-se, no entanto eu não conseguia agarrar nas coisas. Havia um tipo de conversa informe. Eu conseguia ver as coisas a mudar, porém era-me difícil debruçar sobre isso e chegar ao editor da secção local e dizer: «É isto o que está a acontecer» (Tuchman, 1977).*

Para parafrasear este jornalista, e recordando a conversa entre o editor e o jornalista sobre o «fogo de seis parágrafos, sem um *frame*, as conversas dentro do movimento feminista norte-americano eram informes; sem uma «estória» implicando um *frame*, as conversas não podiam ser percebidas como um acontecimento noticioso viável.

Pode-se comparar uma noção filosófica a um *frame*.

Do mesmo modo que as «estórias» enquanto *frame* permitem que alguns *happenings* amorfos sejam definidos como componentes de um acontecimento, também as ideias enquanto *frames* permitem ao investigador notar alguns fenómenos mas não outros (2). Como se mostra neste ensaio, a análise do *frame* encoraja os investigadores a investigar os modos através dos quais as noções de «estórias» dos jornalistas ajudam à identificação de alguns pormenores como «factos pertencentes a um acontecimento». Também possibilita que os investigadores evitem o problema espinhoso «do que realmente aconteceu» e que continuem a analisar considerações organizacionais e profissionais que são parte essencial da reportagem. Afinal de tudo, a noção de «estória» e as suas características formais são, para citar a definição de *frame* de Goffman, «princípios de organização». E, princípios de organização são fenómenos sociais acessíveis à análise social, como Goffman demonstra.

Dizer que uma notícia é uma «estória» não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade selectiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente.

---

(2) Smith (1974) traça em linhas gerais as abordagens sociológicas a este problema a fim de analisar a construção social de documentários sobre a realidade.